

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Bruno Cimbleiris Alkmim Kern

**AGRICULTURA URBANA: UMA ANÁLISE DE UNIDADES
PRODUTIVAS COLETIVAS E COMUNITÁRIAS EM BELO
HORIZONTE (MINAS GERAIS, BRASIL)**

Belo Horizonte

2021

Bruno Cimbliris Alkmim Kern

**AGRICULTURA URBANA: UMA ANÁLISE DE UNIDADES PRODUTIVAS
COLETIVAS E COMUNITÁRIAS EM BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS,
BRASIL)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Prof^ª: Heloisa Soares de Moura Costa

Co-orientadora: Daniela Adil Oliveira de Almeida

Belo Horizonte

2021

Agradecimentos

À Heloisa, pela orientação, pela disponibilidade e pela confiança ao longo de todo o processo de escrita da monografia.

À Daniela Adil, por me coorientar e por me inspirar com suas pesquisas e belíssimos trabalhos dentro e fora da Universidade.

À Equipe da GEFAU, que cedeu os dados para análise e proporcionou o desenvolvimento do estudo.

À minha mãe Ana, que é a minha grande referência como pessoa, pesquisadora e como uma grande luz na minha vida.

À minha avó Claudia, por sempre me incentivar e por me inspirar diariamente com sua visão de mundo artística e criativa.

À minha tia Maíra e meu tio Gerry, pelo apoio incondicional e por sempre acreditar no meu potencial como pessoa.

Ao Guilherme, por todo o carinho e por me apoiar ao longo do processo.

À todos os integrantes do AUÊ!, que me acolheram com muito carinho e me ensinaram valiosas lições para a vida.

À minha família: Lilly, Robson, Maria e Arthur pelo carinho e apoio ao longo do processo.

À Duda, por todo o amor, carinho e apoio incondicional ao longo do processo.

Ao Lucas, pela leveza de ser e pelo apoio e carinho em todos os momentos.

Ao Cris, padrinho e grande amigo da vida, por todos os nossos momentos de descontração, conversas filosóficas e por me inspirar a ser uma boa pessoa todos os dias.

Aos meus amigos: Foca, Julio, Saliba, Peixe, Vasseur, Haas e Terra, pelas conversas, descontrações, por escutarem meus desabaços e me apoiarem em todos os momentos.

À todos que trabalham pela construção da agroecologia em Belo Horizonte, no Brasil e no mundo, e me dão esperança em um futuro melhor.

Resumo

Esta monografia tem o objetivo de apresentar e caracterizar Unidades Produtivas (UPs) Coletivas e Comunitárias de Agricultura Urbana (AU) da cidade de Belo Horizonte (BH) em diálogo com conceitos de agricultura urbana e agroecologia. Além disso, é feita uma contextualização histórica dessa prática em BH através do panorama das políticas públicas federais, estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional. Essas políticas, juntamente com a participação de ONGs e da sociedade civil, marcaram o pioneirismo belorizontino em AU e agroecologia a partir da década de 90. A pesquisa utiliza dados quantitativos e qualitativos inéditos do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana, levantados pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, da Prefeitura de Belo Horizonte, nos anos de 2019 e 2020. Baseado nos dados coletados que definem o perfil das unidades produtivas atendidas pela Prefeitura de Belo Horizonte, foi feita uma análise crítica das características físicas, de produção e de comercialização de cada UP, assim como um mapeamento regional da distribuição das mesmas. Os resultados obtidos nesse processo contribuem para uma ampla divulgação das práticas agropecuárias dentro de BH e promovem a devida visibilidade àqueles que colaboram para a segurança alimentar e nutricional da população local.

Palavras-chave: Agricultura Urbana, Agroecologia, Belo Horizonte, Políticas Públicas, Segurança Alimentar e Nutricional

Abstract

This monograph aims to present and characterize the collective and comunitary Urban Agriculture Productive Units within the city of Belo Horizonte and to expose the concepts of urban agriculture and agroecology. In addition, a historical context of Belo Horizonte is presented through an oversight of public policies - federal, state, and municipal - regarding food and nutrition security. These policies, in conjunction with Non-Governmental Organizations and the civil society, were some of the first to be implemented showcasing Belo Horizonte as a pioneer concerning urban agriculture and agroecology since the 90's. This research makes use of quantitative and qualitative unprecedented data gathered by the Belo Horizonte City Hall through the Municipal Register of Urban Agriculture in 2019 and 2020. The collected data defines the profile of the productive units supported by the City Hall. A critical analysis of each Productive Unit was made concerning its characteristics, those being: its physical structure, production, and commercialization - as well as a regional mapping of the location of these units. The results obtained in this process contribute to a wide spread of agricultural practices in Belo Horizonte and give visibility to those who collaborate in food and nutrition security for the local community.

Keywords: Urban Agriculture, Agroecology, Belo Horizonte, Public Policies, Food and nutrition security

Lista de Figuras

Figura 1 - Diversidade de tipos de significados de agroecologia.....	19
Figura 2 - Organograma não oficial da estrutura da Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte de acordo com o DECRETO N° 17.530.....	27
Figura 3 - Belo Horizonte, pontos das 40 UPs por Regional.....	34
Figura 4 - Contorno de Belo Horizonte e UPs.....	34
Figura 5 - UPs de BH por Regional.....	35

Listas de Gráficos

Gráfico 1 - Tempo de produção nas UPs.....	36
Gráfico 2 - Quantidade de pessoas por UP.....	36
Gráfico 3 - Áreas Produtivas das UPs.....	37
Gráfico 4 - Produção das UPs.....	38
Gráfico 5 - Objetivos da produção das UPs.....	38
Gráfico 6 - Produção das UPs.....	39
Gráfico 7 - Práticas de conservação do solo das UPs.....	41
Gráfico 8 - Origem da água das UPs.....	42

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMAU - Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana

AU - Agricultura Urbana

AUÊ! - Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais

BH - Belo Horizonte

CCF - Cidades Cultivando para o Futuro

CEVAEs - Centros de Vivência Agroecológica

COMUSAN-BH - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CM-AU - Cadastro Municipal de Agricultura Urbana

DFAB - Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento

EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SMAB-BH - Secretaria Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte

SMASAC - Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SUSAN - Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UPs - Unidades Produtivas

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – A agricultura urbana e a agroecologia na literatura	14
1.1 - A agricultura urbana	14
1.2 - A agroecologia	18
Capítulo 2 – Uma contextualização política da Agricultura Urbana	23
2.1 - Políticas do Brasil e do Estado de Minas Gerais de SAN	24
2.2 - Políticas Públicas de SAN em Belo Horizonte	25
Capítulo 3 - As Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias de Belo Horizonte (UPs)	31
3.1 - O Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (CM-AU)	31
3.2 - As Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias	33
3.3 - Características das UPs	35
3.3.1 - Caracterização das UPs	35
3.3.2 - Caracterização da Produção das UPs	37
3.3.3 - Caracterização da Comercialização da Produção das UPs	42
Capítulo 4 - Considerações Finais	44
Referências Bibliográficas	47

Introdução

A cidade de Belo Horizonte (BH) está situada na região central de Minas Gerais. É a capital do estado e tem uma população estimada em 2,5 milhões de habitantes sem levar em consideração sua região metropolitana, que é a terceira maior do Brasil em população (em 2020). No que diz respeito à temática que será discutida na presente monografia, a cidade é pioneira em políticas de institucionalização de agricultura urbana (AU). Devido a parcerias internacionais e também nacionais e ONGs atuantes (como por exemplo a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU, a Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas - REDE, entre outras) BH se mantém como uma das principais referências em AU do Brasil e também da América do Sul.

Por esse pioneirismo de BH e pela minha inserção no Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da UFMG (AUÊ!), que pesquisa a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) desde 2013, especialmente no que tange à agricultura familiar, à agricultura urbana (AU) e à agroecologia, escolhi como foco do presente trabalho a AU e a agroecologia em BH. Minha participação no AUÊ! se deu por dois anos, durante os quais usufruí de uma bolsa de Iniciação Científica - PIBIC - do CNPq, instituição à qual agradeço, tendo foco no desenvolvimento de metodologias para a caracterização e mapeamento das agriculturas na RMBH - que é um eixo de atuação central do grupo de estudos - algo que será um importante subsídio metodológico para as análises que serão feitas ao longo do texto.

É importante ressaltar que BH, mesmo sendo uma cidade extremamente urbanizada, tem várias experiências de AU e agroecologia. Na presente monografia serão analisados dados coletados pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) sobre e 40 hortas coletivas/comunitárias, no âmbito da construção do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana. Por esse motivo, o desenvolvimento deste trabalho objetiva apresentar detalhadamente as características dessas

40 unidades produtivas (UPs) e visibilizar os agricultores e suas UPs dentro do território belo-horizontino.

Estes dados foram obtidos por meio de uma parceria formal entre o AUÊ! e a PBH que ocorreu no final de 2020 e em 2021. Essa parceria gerou a sistematização e organização dos dados e desenvolvimento de um produto gráfico. Os dados foram coletados pela equipe da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), da Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB), que integra a estrutura da SUSAN. É importante mencionar que desde Janeiro de 2021 estou trabalhando na PBH, mais especificamente na Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB), o que me proporciona estar em contato cotidianamente com a equipe da GEFAU, que faz o atendimento direto às unidades produtivas de agricultura urbana e é responsável pela realização do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana. Neste contexto, participei do processo de sistematização desses dados, inicialmente como integrante do AUÊ!, em 2019 e posteriormente também como servidor público, em 2020.

A estrutura da monografia compreende quatro capítulos, sendo o primeiro e o segundo relacionados, respectivamente, aos conceitos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho e à contextualização histórica e política da agricultura urbana e da agroecologia. Posteriormente, no terceiro capítulo, será feita uma análise dos dados cedidos pela PBH. Com essa análise, pretendo discutir inicialmente as características de cada UP individualmente e, posteriormente, fazer uma análise da AU em BH. Por fim, o último capítulo trará as considerações finais da monografia.

Capítulo 1 – A agricultura urbana e a agroecologia na literatura

1.1 - A agricultura urbana

É importante destacar, inicialmente, que o conceito de agricultura urbana é muito amplo e aberto, pois caracteriza uma atividade que envolve um leque amplo de formas de atuação. Isso faz com que cada autor adote em seu trabalho a conceituação que faça mais sentido em um determinado contexto. Nessa seção serão abordadas algumas definições de AU e também outros conceitos relevantes dentro da temática. Almeida (2016) diz, em sua tese, que:

“A construção do conceito da agricultura urbana tem acontecido simultaneamente à experimentação de práticas, processos de mobilização e organização social e dinâmicas de elaboração de políticas públicas. Como um processo em movimento, a conceituação da agricultura urbana permanece aberta a uma disputa por significado que pode estar relacionado a diferentes visões de mundo e concepções de sociedade e de cidade.(ALMEIDA, 2016, p.23)”

Começando então por Santandreu e Lovo (2007), os autores caracterizam a agricultura urbana e periurbana (AUP) como uma atividade multidimensional que engloba a produção, a transformação e a prestação de serviços utilizados na produção agrícola e pecuária. Essa agricultura se desenvolve em meio urbano e seu foco se encontra no auto consumo, trocas, doações ou comercialização aproveitando-se dos recursos e insumos locais. A importância da AUP dentro de uma metrópole, ainda segundo os autores (2007, p. 11), é: “[...] promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional.”

As cidades produtivas se referem à promoção do desenvolvimento local em termos econômicos, com a produção agropecuária dentro do território da metrópole, a cidade ecológica se refere à possibilidade de criação e manutenção de políticas públicas de gestão territorial e uso do espaço à partir da AUP, a cidade que respeita a diversidade social e cultural se refere à potencialidade da AUP para promoção de políticas de respeito às condições étnicas e, por fim, a cidade que promove a segurança alimentar e nutricional se

refere ao vínculo direto entre a AUP e as políticas públicas de combate à fome. No que diz respeito à segurança alimentar e nutricional (SAN), temos no Brasil a Lei nº 11.346, que delimita o que é abrangido dentro desse conceito.

A segurança alimentar e nutricional abrange:

I. a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II. a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III. a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV. a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V. a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI. a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País. (BRASIL, 2006, p. 3-4).

Além disso, a AU pode ser praticada de maneiras muito diversas, tanto em espaços públicos quanto privados, por indivíduos ou organizações coletivas, e isso faz com que haja uma riqueza muito grande de caracterizações para essa prática. Coutinho (2007), apresenta em seu trabalho o seguinte conceito de AU:

Produção de forma segura de produtos agrícolas e pecuários; a transformação, e beneficiamento e os serviços de natureza social, ambiental e cultural, por meio do reaproveitamento, de forma eficiente e sustentável, dos recursos e insumos locais nos espaços urbanos e periurbanos. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção de equidade de gênero, através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos para melhoria da qualidade de vida da população urbana e a gestão urbana social e ambiental sustentável das cidades. (COUTINHO, 2007, p. 24)¹

Alguns aspectos da agricultura na metrópole que são discutidos por Coutinho (2010), a partir dos conceitos desenvolvidos por Santandreu e Lovo, também

¹ Segundo a autora, esse conceito foi construído e validado em uma Oficina de Agricultura Urbana realizada pela Equipe Local do Programa CCF – Cidades Construindo para o Futuro - junto aos representantes do poder público e sociedade civil organizada, realizada no dia 17 de maio de 2007 na Escola Sindical da Regional Barreiro/BH (COUTINHO, 2007, p. 24)

caracterizam a AU como expoente para o desenvolvimento das formulações de cidade produtiva, cidade ecológica e cidade inclusiva. O cultivo de alimentos em espaços urbanos pode promover uma redução na utilização de combustíveis fósseis para transportar esses alimentos de locais mais distantes: a AU pode contribuir para a manutenção da permeabilização do solo nas cidades, diminuindo desastres como as enchentes (muito frequentes em algumas regiões de Belo Horizonte) e também promover uma melhoria do clima local e da biodiversidade urbana.

A autora também discorre sobre a inclusão social de populações que foram previamente marginalizadas, dentre muitas coisas, também pela adoção de um modelo neoliberal nas políticas públicas do Estado, ou seja, pessoas que sofrem uma grande vulnerabilidade social e econômica. Ainda segundo Coutinho (2010, p. 49) “A agricultura urbana torna-se elemento de inclusão social na medida em que as iniciativas dos indivíduos e os saberes locais passam a ser valorizados e considerados elementos formadores de identidade cultural.”

Almeida (2016) ressalta o papel da AU para a conscientização da população urbana sobre a origem dos alimentos e os hábitos alimentares dominantes em seu contexto, bem como seu papel de preservar a natureza próxima ao seu cotidiano. Esta interpretação acentua um viés mais político da AU, que permite caminhar na direção da autonomia e do direito à cidade.

Já uma visão mais institucional, especificamente no caso de Belo Horizonte, é observada na Lei Municipal nº 10.255 de 2011 - que institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana (que será apresentada no próximo capítulo) - que adota a seguinte definição:

Para efeito desta Lei, entende-se como agricultura urbana o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, de plantas medicinais, de espécies frutíferas, de flores, de manejo florestal, bem como a criação de animais, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, a troca, a doação, a comercialização e a prestação de serviços. (BELO HORIZONTE, 2011, p. 1)

Também há visões da AU como por exemplo a de Marques (2020), que apresenta as atividades agropecuárias urbanas como práticas geralmente adotadas por uma população de baixa renda e que apresentam certa vulnerabilidade social. Ainda segundo a autora, geralmente são realizadas em áreas residuais das cidades, e se mantiveram de forma marginal ao longo dos anos, sendo utilizadas por algumas famílias como meio de subsistência ou de completar a renda. De acordo com essa visão, é possível afirmar que mesmo indiretamente, as práticas agrícolas no contexto urbano são também práticas culturais e tradicionais que sobreviveram ao longo dos séculos, mesmo com o grande crescimento das cidades.

Neste sentido, a AU é sim uma atividade tradicional, que se desenvolve junto do processo intenso de urbanização, mas também é mais que isso. A AU é uma atividade contemporânea e que está sempre em construção e em movimento. Em relação à agricultura praticada em áreas, o que a diferencia é a integração que acontece com o meio urbano, seja no aspecto socioeconômico, no aspecto ecológico ou no aspecto cultural.

Essa conexão com o urbano é um dos motivos da AU apresentar inúmeras facetas, que, quando são categorizadas ou conceituadas, dependem da visão de mundo, dos enfoques e das diferentes ações políticas levadas em consideração por cada autor. Apesar de ser uma atividade relativamente antiga, de acordo com Almeida (2016) é uma nova temática de pesquisa, e tem motivado iniciativas de organizações sociais locais, pautas de debate na formulação de políticas públicas e também pesquisas acadêmicas.

Ainda segundo Almeida (2016), a AU tem um papel fundamental de trazer à tona a reflexão sobre as relações históricas entre a agricultura e a cidade, bem como as conexões entre questões relevantes no mundo atual - como por exemplo as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a modernização da agricultura, o aquecimento global, entre outros - e também a relação entre o rural e o urbano.

Desta forma, a AU é sim uma prática de famílias de baixa renda e de ampla vulnerabilidade socioeconômica como uma maneira de complementar a renda ou para autoconsumo, mas também é uma atividade comercial - inclusive no “modelo” de *start up*, ou ainda uma forma de lazer e de terapia - como pode ser observado, por exemplo, nos casos nos quais são cultivadas plantas medicinais, aromáticas, flores, ornamentais. Dentre os inúmeros motivos que levam as pessoas a cultivar e produzir dentro do contexto da cidade, cada vez mais pessoas estão cultivando também - devido a preocupações ambientais e em relação à sua qualidade de vida.

Em conclusão, o conceito de AU pode ser analisado a partir de perspectivas muito distintas. As características de cada experiência de agricultura no meio urbano são únicas, e isso nos permite concluir que melhor que a criação de um conceito único formal de AU, é preciso que o conceito contemple em suas diversas nuances e que esta compreensão ampliada seja incorporada na esfera pública, para que o enfoque das políticas públicas contemplem as demandas das diferentes iniciativas.

1.2 - A agroecologia

De acordo com Wezel *et al* (2009), assim como a AU, o conceito de agroecologia tem uma ampla gama de significados, que se transforma expressivamente de acordo com a visão de cada pessoa sobre o tema. Há ainda outros fatores que influenciam como cada pesquisador descreve a agroecologia, e isso pode variar bastante devido à maneira como essa prática começa a ser desenvolvida em cada localidade. De acordo com os estudos de caso feitos pelo autor, o Brasil é um exemplo em que a agroecologia surge à partir de movimentos políticos que adotam a agroecologia à partir de uma visão da agricultura que já era praticada no território de maneira tradicional, e não à partir de vertentes científicas ou estudos acadêmicos, como foi o caso de outros países (como por exemplo a Alemanha).

Em resumo, a agroecologia no Brasil foi primeiro um movimento para o desenvolvimento rural e para os aspectos ambientais na agricultura. Isso estimulou a busca por práticas alternativas, hoje mais chamadas de práticas agroecológicas, que também estavam relacionadas à dinâmica da agricultura orgânica. Nos últimos anos, a agroecologia também foi considerada uma disciplina científica, com base em uma adaptação da interpretação científica norte-americana da agroecologia com uma integração das dimensões sociais. (WEZEL *et al*, 2009, p. 508, tradução nossa)

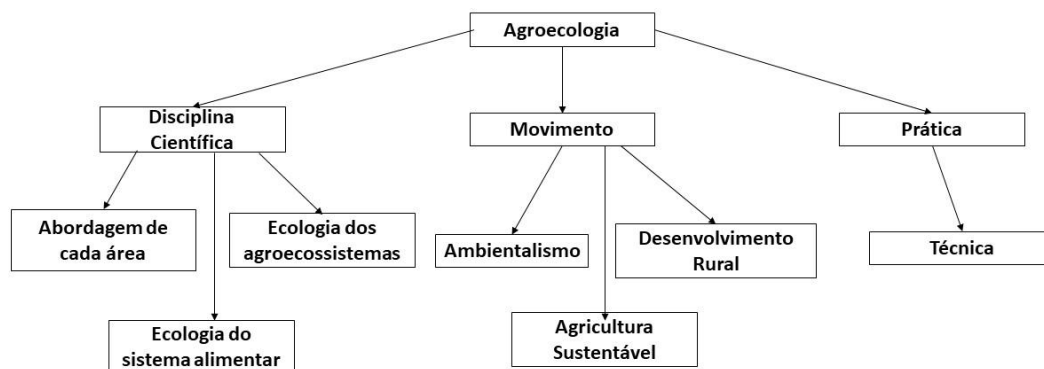


Figura 1: Diversidade de tipos de significados de agroecologia
 Fonte: Wezel *et al* (2009), p. 505, tradução nossa.

Na contemporaneidade, o conceito mais utilizado para descrever e se referir à agroecologia foi criado a partir dos pensamentos de dois autores: Steve Gliessman, entre 1978 e 1981, e Miguel Altieri, a partir de 1983. O trabalho de Gliessman faz uma abordagem teórica sobre a criação de agroecossistemas sustentáveis em suas diversas dimensões a partir de princípios da ecologia e utiliza como base algumas experiências agroecológicas que não utilizavam os insumos químicos, tais como fertilizantes, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, entre outros, que foram trazidas pela “Revolução Verde”² na década de 50.

² A Revolução Verde foi um conjunto de inovações tecnológicas que permearam o setor primário da economia (agricultura e pecuária) na década de 50 a fim de “melhorar” tais atividades. Essas inovações caracterizaram-se pela grande disseminação de tecnologias no setor primário da economia (agricultura), em adição aos elementos mencionados no texto podemos acrescentar: uso intensivo de mecanização agrícola com necessidade de trabalhadores especializados e grande uso de sistemas intensivos de irrigação, que podem ser prejudiciais para o solo em médio e longo prazo.

Já Altieri extrapola essa visão e também passa a tratar a agroecologia com a incorporação das dimensões socioeconômicas, políticas e culturais dentro das concepções ecológicas que permeiam os agroecossistemas, levando também em consideração as relações entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. Portanto, o pensamento desses dois autores se complementam, na medida em que trazem um retrato de como a agroecologia deve ser praticada.

A frase que inicia o livro de Gliessman (2000) é: “a agricultura está em crise”, onde o autor discorre sobre o problema que envolve a modernização da agricultura “pós Revolução Verde”, que é potencialmente danosa para o meio ambiente, e para a ecologia local. Altieri (2004) também fala sobre isso: “a crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento.” Portanto, a disseminação da agroecologia seria uma possibilidade para alcançarmos uma produção economicamente viável no século XXI e que pode ser tratado como um mecanismo para superar essa crise socioambiental.

Esse conceito tem sido, de fato, amplamente disseminado na contemporaneidade (tanto no meio acadêmico quanto nos espaços de debates públicos) e muito se deve à necessidade de se procurar alternativas para solucionar a crise mencionada anteriormente. Os princípios do “desenvolvimento sustentável”³, uma das bases ideológicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e apropriado por diversas instituições e organizações sociais, defende algo que já é claro dentro da agroecologia: a preservação da espécie humana de maneira harmônica com o seu meio.

Por esse motivo, a mesma tem sido incentivada em espaços de debate internacionais (e também nacionais) e virado uma pauta extremamente relevante. Com o início da popularização da agroecologia e com sua

³ Conceito que foi apresentado oficialmente pela primeira vez em 1987 no relatório “Nosso Futuro Comum” da Organização das Nações Unidas (ONU) e que fala sobre realizar o progresso buscando conservar os recursos para a utilização das gerações futuras. Posteriormente, na década de 90, o termo foi ainda mais popularizado com a famosa Convenção sobre o Meio-Ambiente da ONU “Eco-92”.

implementação em várias agendas políticas no Brasil, há um processo em curso de transição agroecológica. No entanto, ainda há resistência de alguns por conta de preços e outros questionamentos que dizem respeito ao acesso à tecnologia social segura. Falaremos mais na seção seguinte sobre o papel dessas políticas de incentivo à agroecologia para que as práticas agroecológicas sejam disseminadas no meio urbano.

A agroecologia, portanto, diz respeito a uma abordagem da agricultura que conta com a integração entre os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, visando o mínimo de insumos químicos externos. Segundo Altieri:

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades. (ALTIERI, 2004, p. 23)

Em conclusão, a agroecologia pode ser tratada como uma forma sustentável de se fazer agricultura, e que é, segundo Wezel *et al* (2009): prática, no que diz respeito às práticas agrícolas tradicionais de agricultura pré Revolução Verde; movimento, pois está sempre relacionada com movimentos sociais ou políticos; e ciência, por ser uma disciplina que tem sido cada vez mais estudada no mundo todo e que pode ser uma solução para o problema da crise da agricultura na modernidade. É portanto, uma forma de se fazer agricultura que incorpora ao manejo dos agroecossistemas todas questões socioeconômicas, políticas, sociais, ambientais e éticas. A partir dos conceitos apresentados neste capítulo partimos para uma contextualização das políticas relacionadas à AU e à agroecologia no Brasil e, mais especificamente, as políticas municipais de BH.

Em síntese, a AU e a agroecologia têm várias interfaces, no entanto é importante ressaltar que nem toda AU é agroecológica. A agricultura desenvolvida na cidade, inclusive, é um campo invisível dentro da perspectiva da agroecologia. No cenário brasileiro, para além das abordagens de Altieri e Gliessman, também há uma crescente politização do campo agroecológico, em interação com outros movimentos sociais, como: feminismo, anti-racismo, justiça ambiental⁴.

⁴ Para mais informações ver as seguintes referências: Bullard, 2000; Acsehrad, 2004 e Siliprandi, 2009.

Capítulo 2 – Uma contextualização política da Agricultura Urbana

Em BH, apesar de existirem poucos dados municipais sistematizados sobre a AU no território, há muitas unidades produtivas de AU e que comercializam sua produção, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população da cidade. Como foi apresentado no capítulo anterior, as práticas agrícolas urbanas aliadas à agroecologia, também têm um grande potencial para o desenvolvimento sustentável da cidade, o que faz com que sua visibilidade seja importante.

Infelizmente, ainda há uma visão hegemônica da AU na RMBH discutida por Melgaço, Almeida, e Tupy (2015), segundo a qual essa agricultura é considerada uma atividade residual e um setor irrelevante para a economia dos municípios metropolitanos, visto o alto custo das terras e a competição com atividades mais lucrativas e eficientes. Os autores também criticam a visão equivocada de que a agricultura está diretamente relacionada à degradação das condições ambientais anteriores à sua implantação.

Juntamente à aplicação de técnicas de manejo agroecológico, impulsionada por políticas públicas, por Organizações não Governamentais (ONGs) e pela sociedade civil, essa atividade contribui para a melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem nos grandes centros urbanos, aproximando produtores e consumidores e cultivando áreas verdes dentro da cidade. Essa lógica de produção ainda faz com que a produção necessite de um uso menor de combustíveis fósseis para seu transporte e também diminui os custos de armazenamento da produção.

“[...] as três concepções recorrentes sobre a agricultura no âmbito metropolitano (insignificância, inviabilidade e incompatibilidade) mostram-se equivocadas em determinados aspectos. Ao se limitar à informação agregada da Região Metropolitana [de Belo Horizonte] adota-se uma informação enviesada pelos grandes centros industriais e de serviços (Belo Horizonte, Contagem e Betim) ao passo que se desconsidera que esta atividade possui relevância em diversos outros municípios. Da mesma forma, o argumento da inviabilidade deixa de considerar a importância que a produção de alimentos em municípios da região apresenta para o abastecimento da RMBH, sendo crucial para a garantia da

segurança alimentar. Por fim, advogar que a agricultura é, necessariamente incompatível com a preservação ambiental é desconhecer a possibilidade de uma prática agrícola sustentável a partir da necessária transição para um modelo de produção agroecológica (Melgaço *et al*, 2015, p.5).

2.1 - Políticas do Brasil e do Estado de Minas Gerais de SAN

No Brasil, existe a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecida em 2010 e aprovada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).⁵ Essa política visa promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover o abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

É importante lembrar também, que o direito à alimentação está definido no 6º artigo da Constituição Federal, determinado pela Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Em 2012, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do Decreto nº 7.794. Nessa política há o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Outro ponto importante é a legislação sobre a agricultura orgânica, abordada na Lei 10.831, de 2003, que dispõe sobre a temática. Infelizmente, ainda não há políticas públicas em âmbito nacional sobre a AU.

Já o Estado de Minas Gerais, aprovou em 2006 duas leis relacionadas à AU, a Lei nº 15.973, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à AU, e a Lei nº 15.982, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que é um importante instrumento para definir estratégias, ações e metas que visem o desenvolvimento sustentável da

⁵ O Sisan foi criado em 2003, com o objetivo de criar uma agenda de combate à fome e à miséria no Brasil.

segurança alimentar e nutricional no Estado. Essa lei adota alguns conceitos fundamentais que também impulsionam a AU e a AF dentro do estado, visto que são essenciais na mitigação da questão da fome. Em 2014, o Estado de Minas Gerais aprova a lei 21.146, que institui a política estadual de agroecologia e produção orgânica.

Art. 1º O poder público garantirá o direito à segurança alimentar e nutricional sustentável no Estado, em conformidade com o disposto nesta Lei, observadas as normas do direito nacional e internacional.

Art. 2º Considera-se segurança alimentar e nutricional sustentável a garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Art. 3º O direito humano fundamental à alimentação adequada, objetivo primordial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, é direito absoluto, intransmissível, indisponível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial.

Parágrafo único - É dever do poder público, em todos os níveis, da família e da sociedade em geral respeitar, proteger, promover e garantir a realização do direito humano à alimentação adequada (MINAS GERAIS, 2006, p. 1).

Por fim, é necessário destacar, em âmbito estadual, a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), que também foi e continua sendo uma instituição importante dentro do contexto da AU em parceria com a PBH. Dois programas de destaque são: o programa Pró-Pomar (1993), e o programa Minas sem Fome. O segundo se iniciou em 2006 e tem o objetivo de buscar a SAN, com redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva. O programa encontra-se em funcionamento no momento.

2.2 - Políticas Públicas de SAN em Belo Horizonte

De acordo com Machado (2006), até 1992 Belo Horizonte tinha uma política de abastecimento que basicamente se relacionava à fiscalização e normatização e não era priorizada pelo governo. Em 1993, com a transição de governo, foi

criada a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB-BH), que segundo o autor, tinha foco na segurança alimentar da população, sobretudo a população que corria risco severo de desnutrição. Araújo (2020) afirma que Belo Horizonte é, historicamente, uma cidade pioneira no desenvolvimento de programas de segurança alimentar justamente à partir do período de 1993. E, de fato, essa importância na segurança alimentar e no abastecimento da cidade de alimentos se dá com esse marco, que foi a criação da SMAB-BH. A criação dessa secretaria provavelmente foi influenciada pelo contexto global em que foi realizada a conferência da ONU: Eco-92, em que a população se encontrava sensibilizada para a causa ambiental.

A SMAB-BH sediou vários programas para desenvolvimento de políticas alimentares no município, que visavam, entre outros aspectos, regular, intervir e trabalhar na educação e transmissão de práticas alimentares. A partir disso, a trajetória institucional deste órgão foi: Secretaria Municipal de Política de Abastecimento (2001), Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento (2005), Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (2011) e, desde 2017, o órgão que cuida dessas questões dentro da estrutura política da prefeitura é a Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), que está vinculada à Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). Machado (2006) destaca em seu texto que, quanto mais próximos ao gabinete do prefeito, maior é a autonomia dos órgãos e uma maior prioridade dentro de uma gestão. Isso mostra que, atualmente, há uma priorização de outras áreas em relação à SAN dentro da estrutura do governo.

De acordo com o Decreto nº 17.530, de 2021, a SUSAN é dividida em: a) Assessoria de Planejamento e Gestão; b) Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Mercado da Lagoinha; c) Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB); d) Diretoria de Assistência Alimentar; e) Diretoria de Unidades de Alimentação Popular. A DFAB compreende vários programas para o fortalecimento da AU, da SAN e da agroecologia em BH e sua estrutura é dividida em: 1- Banco de Alimentos; 2- Gerência de Fomento à

Agroecologia, Agricultura familiar e Agricultura Urbana; e 3- Gerência de Apoio ao Abastecimento e Comercialização.

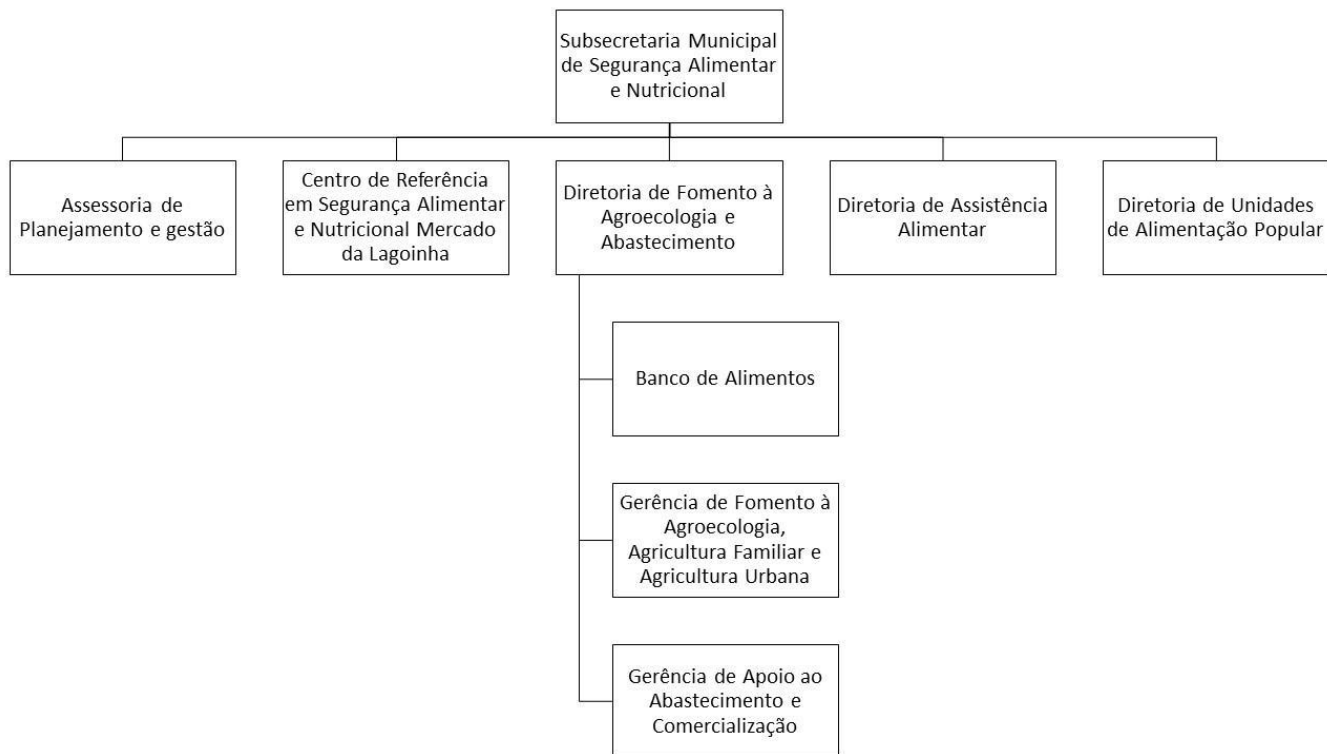


Figura 2: Organograma não oficial da estrutura da Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte de acordo com o DECRETO Nº 17.530, DE 22 DE JANEIRO DE 2021.

Fonte: Elaboração do autor, 2021

Retomando a linha do tempo, em 1995 iniciou-se o programa que deu origem aos Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs). Essa criação se deu através da formalização de um convênio entre uma agência de financiamento internacional (Fundo Life/PNUD/ONU), a PBH e a ONG REDE-MG. De acordo com o site da PBH, a missão do Programa CEVAE é promover o desenvolvimento das comunidades sob sua área de influência de modo sustentável, por meio de intervenções socioambientais participativas.

Pelos resultados alcançados, os CEVAEs foram reconhecidos nacionalmente e internacionalmente. Infelizmente, com a queda no investimento do governo nesse setor nos anos posteriores foi percebida uma precarização do

funcionamento dos mesmos, que aconteceu devido à mudança nas prioridades do governo.

Já em 1998, por meio do Decreto nº 9540, foi criado o programa “Hortas Escolares e Comunitárias”, que tem como objetivo:

“[...] o estímulo à formação de hortas em escolas da rede municipal de ensino, e em espaços comunitários ou domiciliares para famílias que comprovadamente têm renda até 02 (dois) salários mínimos, através do cultivo de hortaliças, legumes e plantas medicinais, auxiliando na alimentação deste segmento populacional, bem como no incremento da renda familiar através do excedente. (BELO HORIZONTE, 1998, p. 1)

Outro marco importante foi a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte (COMUSAN-BH), que aconteceu por meio do Decreto nº 11.341, em 2003. O COMUSAN-BH tem o objetivo de assegurar o direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação e à segurança alimentar e nutricional. BH também foi selecionada em 2005 pela organização Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e pela Rede Internacional de Centros em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAFA) para ser a cidade brasileira na qual se desenvolveria um programa voltado à institucionalização das práticas de agricultura urbana, chamado Cidades Cultivando para o Futuro (CCF).

Com essa inserção em um cenário global e com a atuação de diversas organizações - com destaque para a REDE-MG, que busca potencializar as experiências de agroecologia em áreas rurais e urbanas com um enfoque para a RMBH. A REDE foi a Organização não Governamental (ONG) que assumiu a coordenação do processo e que possibilitou a candidatura de BH para o programa. Nesse momento a cidade se consolidou como uma referência em agricultura urbana, reforçando importantes ações e políticas nesta área que já haviam sido implementadas e foram comentadas nos parágrafos anteriores.

Desde o início de sua atuação em BH, a REDE-MG⁶ foi de muita importância para o desenvolvimento da AU e da agroecologia em BH, através de parcerias com a PBH e potencializando sempre as experiências de AU que se encontram presentes no território da cidade e da região metropolitana. A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), criada em 2004, também foi um movimento de articulação da sociedade civil que contribuiu e contribui até hoje para a disseminação das práticas agroecológicas no âmbito das experiências de AU de BH.

Também é imprescindível se considerar a participação do meio acadêmico no universo das políticas de AU. Em 2006, segundo Lovo (2011), iniciou-se o envolvimento da universidade com a AU em BH através do Grupo Aroeira-Ambiente, Sociedade e Cultura, com estudantes e ex-alunos da UFMG, coordenado por professores dos cursos de Geografia e Ciências Biológicas. Ainda segundo a autora, o grupo teve um papel de apoio aos grupos comunitários que exerciam a AU, e foi importante para levar essas discussões para os espaços comunitários, incentivando a participação popular dentro dos processos que envolvem a AU e a agroecologia.

Em relação aos grupos de estudos, também tem destaque a atuação do AUÊ!/UFMG que, desde o ano de 2013, tem implementado e articulado ações de ensino, pesquisa e extensão para aproximar a temática da AU e da agroecologia em diferentes campos do conhecimento, por meio de uma perspectiva transdisciplinar. Alguns exemplos de campos são planejamento territorial urbano, agroecologia, espaço público cotidiano, questão ambiental urbana, conflitos socioambientais, questão agrária, organização popular, segurança alimentar, economia popular e solidária, dentre outros.⁷

Em conclusão, a mobilização da sociedade civil, por meio de ONGs e de grupos acadêmicos que estudam a temática da AU, é tão necessária quanto o desenvolvimento das políticas públicas pelos órgãos governamentais. As

⁶ A REDE foi criada em 1986, porém só começou a atuar em BH em 1995.

⁷ Para mais informações acesse: <https://aueufmg.wordpress.com/sobre/>

pesquisas acadêmicas e análises de dados sobre essa temática, como a presente monografia, auxiliam os órgãos do governo a desenvolver tais políticas e a desenvolver e fazer manutenção daquilo que está funcionando e também apontam aquilo que deve ser priorizado dentro da realidade das UPs.

Capítulo 3 - As Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias de Belo Horizonte (UPs)

3.1 - O Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (CM-AU)

A criação e desenvolvimento do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana surge a partir de uma iniciativa da DFAB, sendo sua aplicação operacionalizada pela equipe GEFAU. Este instrumento tem sido utilizado para identificar e caracterizar as UPs de AU de BH atendidas pela SUSAN. Seus principais objetivos envolvem, portanto: identificar, mapear, caracterizar e, principalmente, produzir informações e conhecimentos capazes de fomentar a agroecologia e subsidiar o planejamento da política pública municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana. Também é um instrumento utilizado para a inclusão de agricultoras e agricultores urbanos nos serviços, programas, projetos e benefícios, assim como para propiciar a constituição de redes de promoção e articulação entre as políticas setoriais e territoriais existentes e a participação popular.

Nos próximos parágrafos, será apresentada uma visão geral de quais são os tipos de unidades produtivas (UPs) identificadas na caracterização realizada pela prefeitura e como funcionam os fluxos e procedimentos de fomento à agricultura urbana. Este panorama foi construído após a leitura e análise de documentos internos produzidos pela GEFAU e pela DFAB, assim como por meio de consulta a informações disponíveis no site da PBH.⁸

A DFAB caracteriza as UPs de agricultura urbana como todas as áreas públicas ou privadas, no município de BH, destinadas à agricultura urbana, seja em sistema de gestão familiar, coletiva, da sociedade civil organizada ou institucional (público ou privado), onde o conjunto de responsáveis pela atividade produtiva explore uma combinação de fatores de produção, seja para o autoconsumo e/ou comercialização com a finalidade de atender a demanda

⁸ Os documentos centrais para a construção da monografia são: Cadastro Municipal de Agricultura Urbana, Base de Dados UPs Coletivas/Comunitárias e o Cadastro de Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias GEFAU 2019-2020.

da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços associados à agricultura urbana. São identificados 06 (seis) tipos de UPs:

- Unidade Produtiva Institucional Pública;
- Unidade Produtiva Institucional Privada com Fins Econômicos;
- Unidade Produtiva Institucional Privada Sem Fins Econômicos;
- Unidade Produtiva Territórios de Tradição;
- Unidade Produtiva Familiar;
- Unidade Produtiva Coletiva/Comunitária.

Esse último tipo, foco do presente trabalho, se refere às unidades nas quais a produção e a gestão são realizadas por grupos ou coletivos que tenham como finalidade central a agricultura urbana, podendo ter objetivos diversos e estar localizada tanto em espaços públicos como privados, tais como hortas comunitárias, coletivos autônomos e grupos de produção formados por mulheres, jovens ou idosos.

Os fluxos e procedimentos para uma unidade produtiva ser atendida pela GEFAU compreendem 03 grandes fases: 1) Credenciamento, Seleção e Habilitação; 2) Implantação; 3) Cadastro e Manutenção. Como o foco deste trabalho são as unidades produtivas coletivas/comunitárias, tratarei das especificidades dos fluxos e procedimentos relacionados ao atendimento das mesmas.

Na primeira fase é realizado o credenciamento das UPS, assim como análises técnicas e vistorias para verificar se a UP está habilitada ou não para ser atendida, de acordo com parâmetros técnicos previamente definidos. Caso o número de demandas habilitadas seja superior à capacidade de atendimento da GEFAU, é feita uma seleção de quais UPs serão fomentadas, de acordo com critérios disponibilizados no site PBH.

Na segunda fase, de implantação da UP, ocorre o apoio à organização social do grupo e são feitos encontros para a formação técnica dos agricultores, conforme a necessidade do grupo. Por fim, é feita a preparação da área e o plantio inicial. Nesse processo, a SUSAN pode fornecer: materiais para o cercamento, ferramentas, sementes, mudas e adubo orgânico, entre outros.

Apenas após essas duas etapas é feito o cadastro da UP por meio do CM-AU. Cada uma dessas UPs têm um técnico da equipe da GEFAU de referência que acompanha o desenvolvimento dos sistemas agroecológicos e acompanha os agricultores caso necessitem de assistência técnica e social. Atualmente, são cadastradas apenas as UPs que já tem algum plantio inicial. Todos os dados que serão apresentados a seguir são provenientes da coleta de informações das UPs Coletivas/Comunitárias feita através do CM-AU ao longo dos anos de 2019 e 2020.

3.2 - As Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias

A partir da contextualização histórica e política apresentadas no capítulo anterior, apresento os dados referentes a essas UPs. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que os dados do CM-AU foram levantados por meio de autodeclaração, ou seja, não é um cadastro técnico realizado pela equipe da PBH e as informações são de responsabilidade do grupo que respondeu. Entretanto, todos os cadastros foram acompanhados e assessorados pela equipe técnica da GEFAU. Esse processo gerou o cadastro de um total de 40 unidades produtivas (UPs) Coletivas/Comunitárias no período de Julho de 2019 a Dezembro de 2020, que estão representadas por pontos nos mapas 1 e 2.

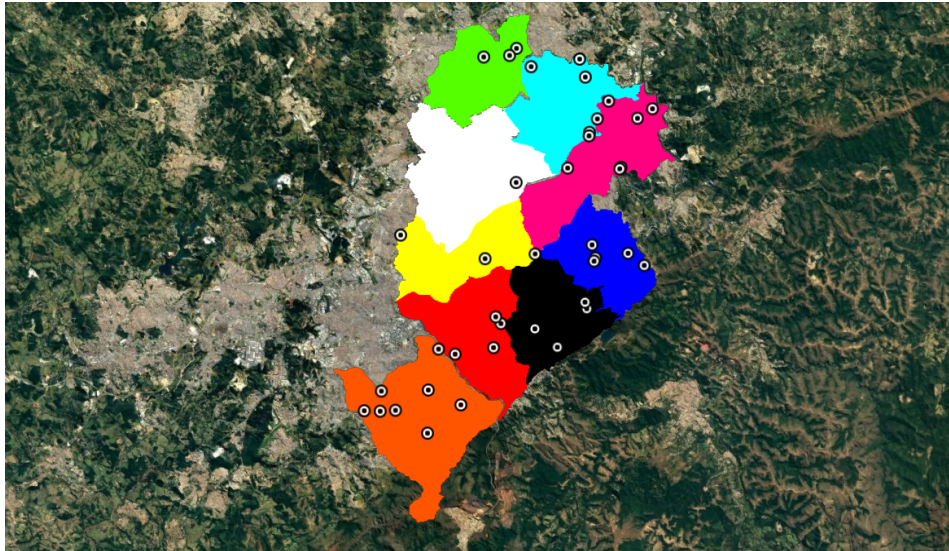


Figura 3: Belo Horizonte, pontos das 40 UPs por Regional
 Legenda: Barreiro (Laranja), Oeste (Vermelho), Centro-Sul (Preto), Noroeste (Amarelo), Leste (Azul), Pampulha (Branco), Nordeste (Rosa), Venda Nova (Verde), Norte (Azul-Claro)
 Fonte: Elaboração do autor, 2021

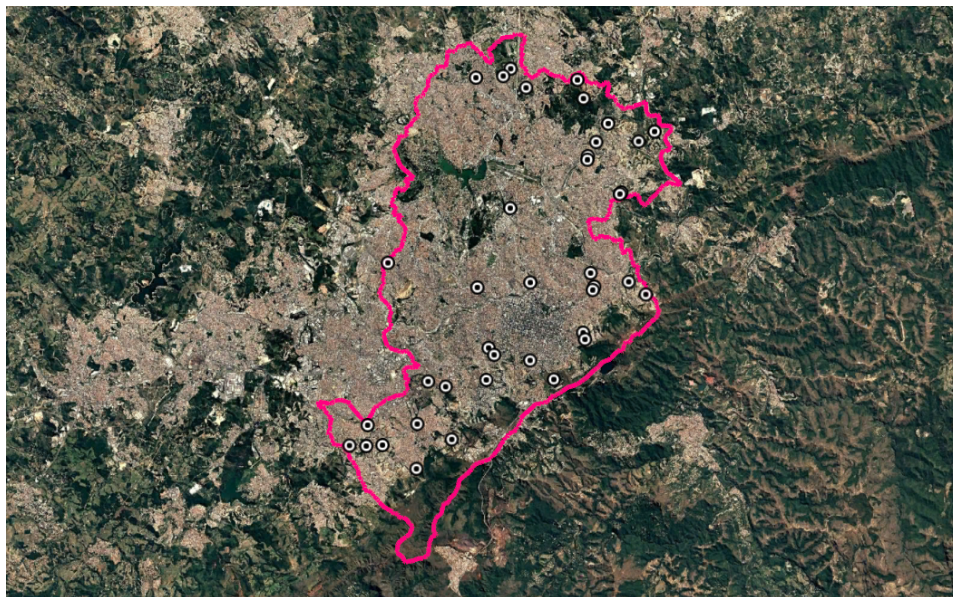


Figura 4: Contorno do município de Belo Horizonte e UPs
 Fonte: Elaboração do autor, 2021

Em uma análise regional, nota-se que todas as 09 regionais do município apresentam UPs atendidas pela GEFAU, sendo que alguns lugares possuem mais unidades produtivas cadastradas do que outras.

Região	Barreiro	Centro-Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova	Total
Quantidade de UPs	8	4	5	8	2	5	4	1	3	40

Figura 5: UPs de BH por Regional
 Fonte: Elaboração do autor, 2021

3.3 - Características das UPs

Para a presente sessão escolhi um procedimento metodológico de caracterização das UPs primeiramente por características da unidade. Depois disso irei analisar a produção de cada UP e como a mesma é feita, e em uma sessão seguinte analisarei a comercialização da produção de cada UP.

3.3.1 - Caracterização das UPs

Em relação ao tempo de produção de cada UP, a maioria identificou que está a mais de cinco anos presente no território. No total, há cerca de 500 pessoas envolvidas com a produção nessas UPs, podendo variar entre familiares, comunidade do entorno, funcionários, voluntárias/os e usuárias/os. Como pode ser observado no gráfico 2, tendem a ser poucas pessoas por UP, com a grande maioria entre 4 e 10 pessoas. Também é importante destacar que, em termos de população ao redor beneficiada direta ou indiretamente, os números chegam a 2.653 pessoas, e a área produtiva dentro da cidade é, no total, uma área de aproximadamente 69.685 metros quadrados, o que pode ser observado no gráfico 3. É interessante observar que, através do cruzamento desses dados, fazendo uma média aritmética entre a área total e o número de agricultores, teríamos uma média de 139,37 m² por pessoa. Cabe destacar ainda que, como é um contexto muito dinâmico, a realidade pode se alterar ao longo do ano.

Tempo de produção das UPs

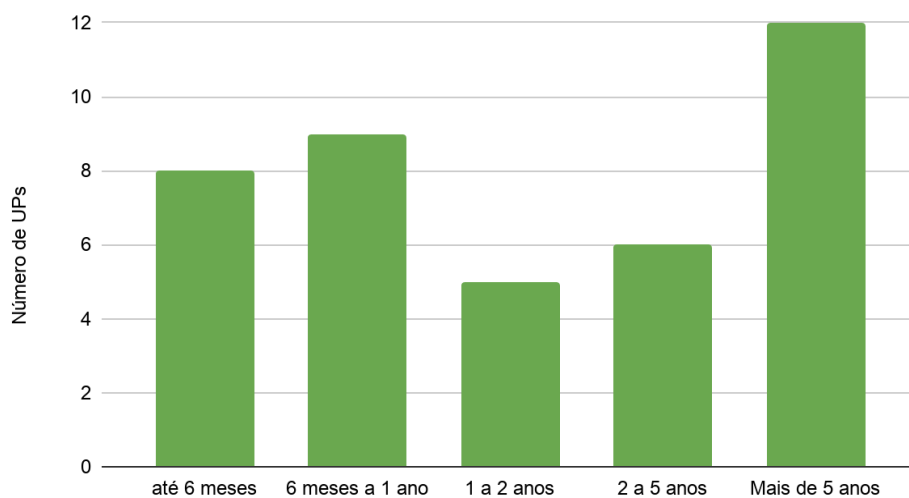


Gráfico 1: Tempo de produção nas UPs
Fonte: Elaboração do autor, 2021

Quantidade de pessoas por UP

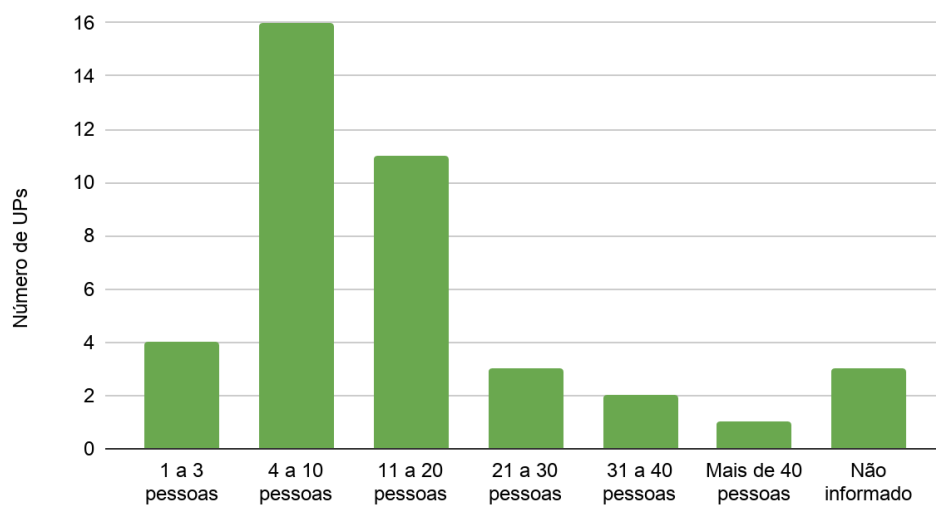


Gráfico 2: Quantidade de pessoas por UP
Fonte: Elaboração do autor, 2021

Áreas produtivas das UPs

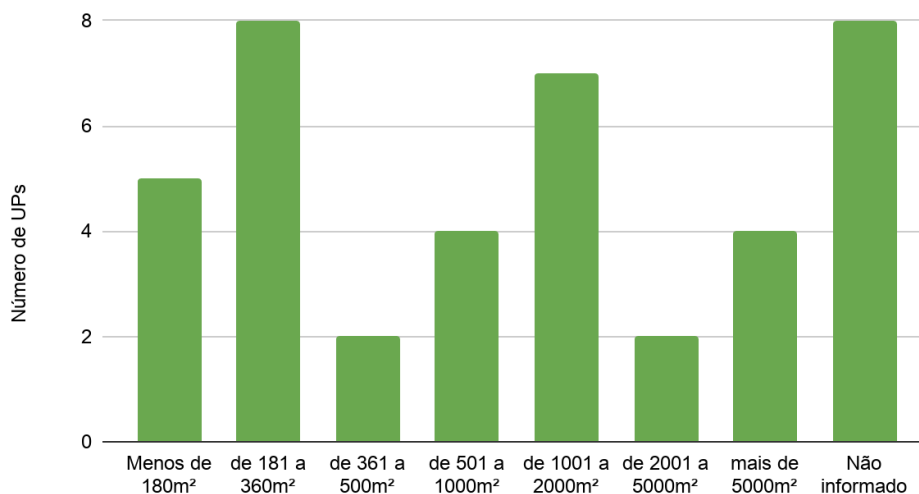


Gráfico 3: Áreas Produtivas das UPs
Fonte: Elaboração do autor, 2021

3.3.2 - Caracterização da Produção das UPs

No que diz respeito à maneira como essas UPs produzem, e de acordo com o CM-AU, desenvolvido pela GEFAU, 35 se declaram orgânicas agroecológicas⁹, 4 se dizem em transição agroecológica¹⁰, e 1 se diz convencional. Isso aponta que as políticas de fomento à agroecologia mencionadas no capítulo anterior têm resultados positivos.

Em relação aos objetivos de produção de cada UP, há várias categorias autodeclaradas no CM-AU, algo que pode ser observado no gráfico 5¹¹. Os objetivos declarados pelas UPs foram os seguintes: 38 declararam ser autoconsumo, 35 declararam ser doação, 34 declararam terapia, 31 fins medicinais, 27 por lazer, 25 para ensino, 24 para comercialização, 20 para pesquisa, 7 para prática espiritual-religiosa e apenas 12 declararam outros objetivos.

⁹ Essa categoria “orgânicas/agroecológicas” é determinada de acordo com o CM-AU.

¹⁰ Segundo o inciso IV do artigo 2º do Decreto nº 7794 de 20 de Agosto de 2012, transição agroecológica é um processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

¹¹ Dentro da estrutura do cadastro, as UPs podem autodeclarar mais de um objetivo, o que explica os números do Gráfico 5.

Produção das UPs

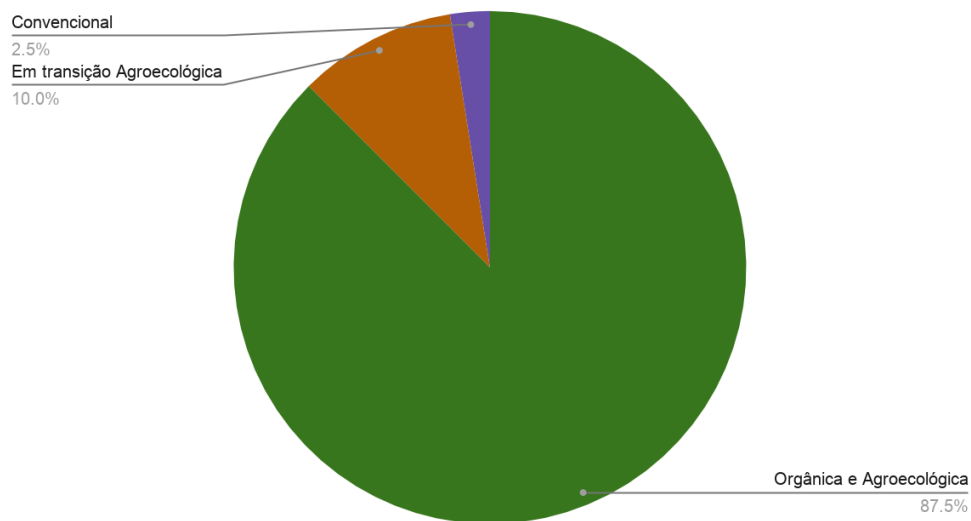


Gráfico 4: Produção das UPs
Fonte: Elaboração do autor, 2021

Objetivos da produção das UPs

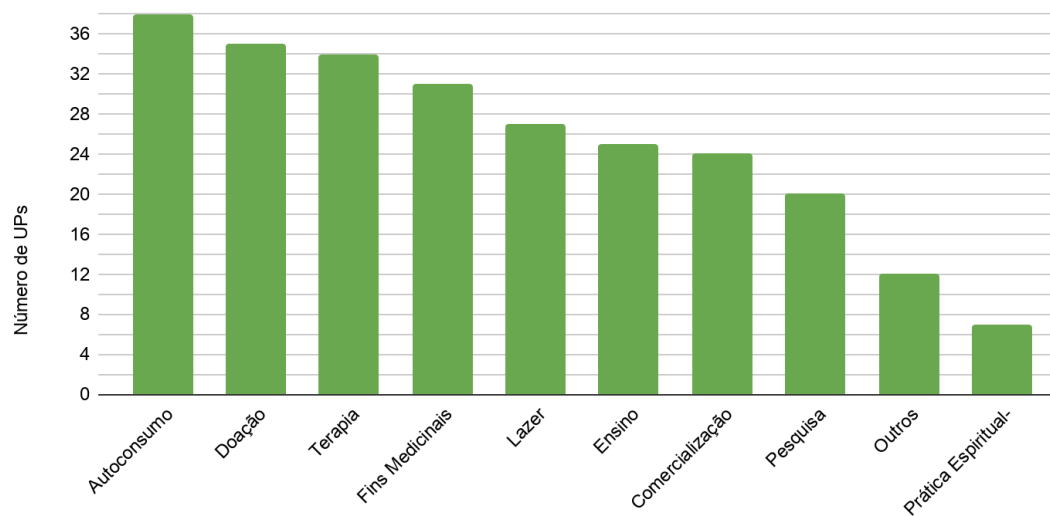


Gráfico 5: Objetivos da produção das UPs
Fonte: Elaboração do autor, 2021

Em termos do que é produzido em cada UP, as maiores produções foram de hortaliças, pomar, espécies anuais (que são aquelas que têm seu ciclo de vida no período de um ano, como por exemplo: feijão, milho, mandioca, etc), plantas medicinais, plantas aromáticas e condimentares e plantas alimentícias não-convencionais (PANCs). Outras categorias presentes no cadastro são: peixes, aves, plantas para usos espirituais e religiosos, flores e/ou ornamentais e sistemas agroflorestais (SAFs). As respostas mais expressivas foram espécies-anuais, presente em 38 UPs, plantas medicinais em 36 UPs, hortaliças e plantas aromáticas condimentares com 34 UPs, pomar com 33 UPs e PANCs com 32 UPS.

Produção das UPs

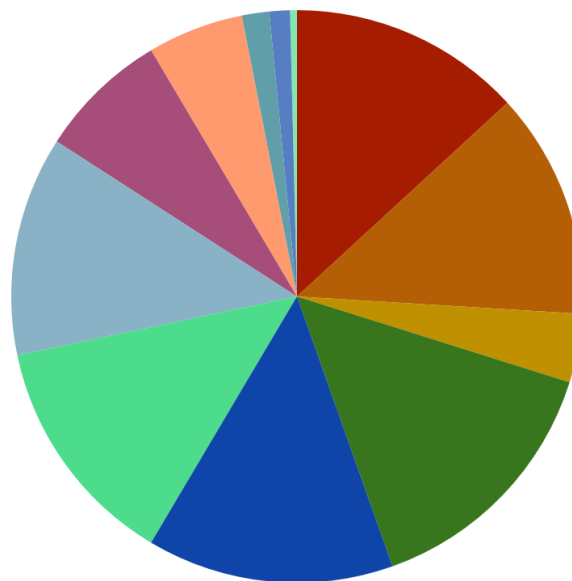
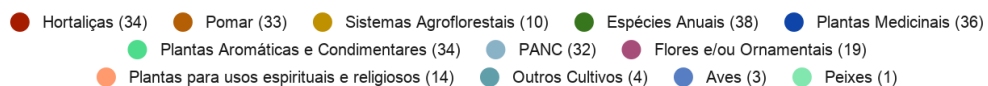


Gráfico 6: Produção das UPS.
Fonte: Elaboração do autor, 2021

Sobre o reaproveitamento de resíduos orgânicos, vinte e oito das UPs realizam esse processo via compostagem e/ou minhocário e/ou adubação orgânica, sendo que quatro destas estão em processo de certificação da produção orgânica. Aliado a este dado, trinta e oito das UPs declararam não fazer uso de agrotóxicos e trinta e cinco declararam não fazer uso de fertilizantes químicos.

Esses números podem estar relacionados com o apoio oferecido pela SUSAN, que, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), disponibiliza assessoria técnica para acompanhar desde o planejamento do plantio e o fornecimento dos insumos até a colheita. De todas as hortas coletivas/comunitárias, 35 afirmaram receber o apoio (em relação a insumos, cursos, intercâmbios), 3 afirmaram não receber e 2 não declararam. Em relação à orientação técnica, o número de UPs que declararam receber chega aos 92,5% (37 UPs).

Por meio da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, o governo de BH busca estimular práticas de cultivo que tenham como referência a agricultura de base agroecológica, portanto a tendência é que todas as hortas de agricultura convencional realizem a sua transição para o sistema de manejo agroecológico, que não admite a utilização de nenhum fertilizante químico e muito menos agrotóxicos, como foi explicitado na seção 1.2 da presente monografia.

Todas as UPs também autodeclararam que fazem utilização de práticas de conservação do solo, como por exemplo: adubação orgânica (que é o adubo constituído de resíduos de origem animal e vegetal), cobertura do solo (que podem ser plantas ou até mesmo uma camada de resíduos orgânicos secos, que tem por objetivo proteger o solo contra gotas de chuva ou até mesmo a disseminação de espécies não desejadas), curva de nível (que visam um melhor escoamento superficial da água da chuva, que pode ocasionar em erosões), entre outros. Esses dados estão presentes no gráfico 7.

Práticas de Conservação do Solo das UPs

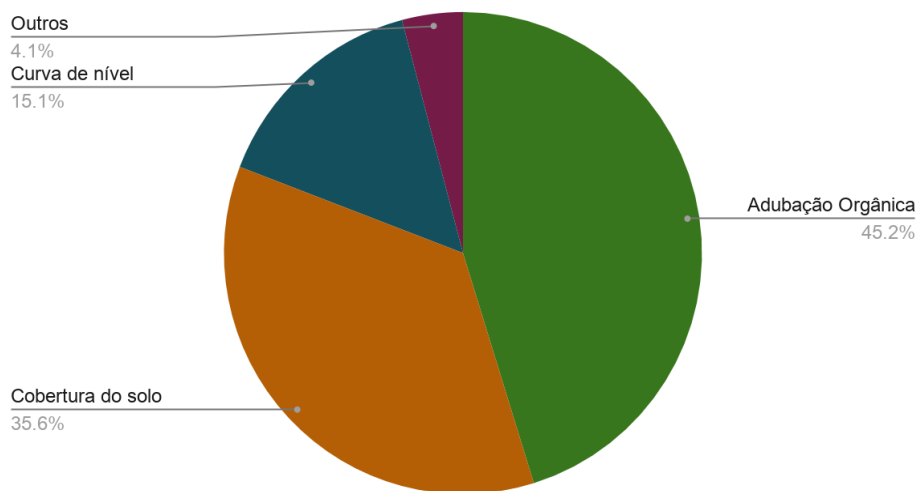


Gráfico 7: Práticas de conservação do solo das UPs
Fonte: Elaboração do autor, 2021

Por fim, no que diz respeito à origem da água, trinta e seis informaram ser abastecidas pela Copasa, uma utiliza poço artesiano, uma faz captação de água de chuva, duas utilizam nascentes, uma utiliza córrego e duas contam com outros métodos de abastecimento.

Origem da água das UPs

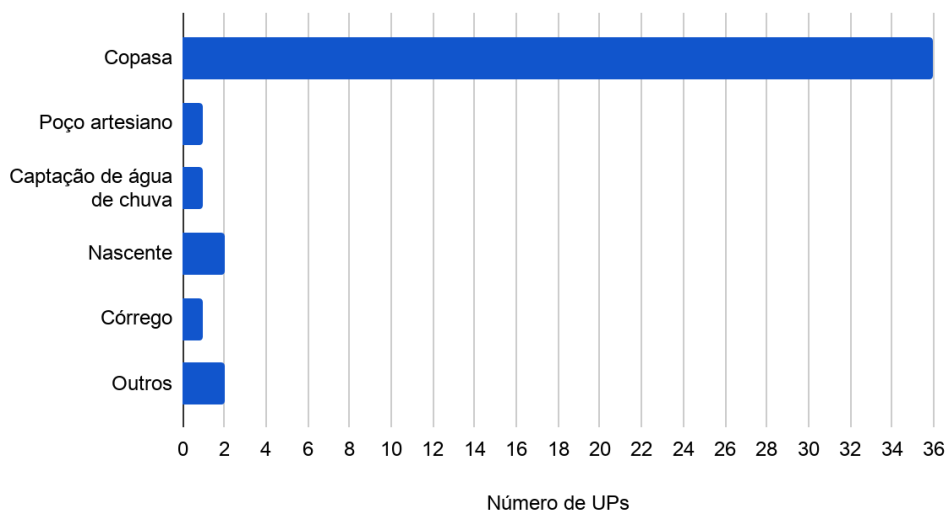


Gráfico 8: Origem da água das UPs.
Fonte: Elaboração do autor, 2021

3.3.3 - Caracterização da Comercialização da Produção das UPs

Em relação à comercialização nas UPs, 16 (dezesesseis) realizam a comercialização de seus produtos, e quatro recebem apoio no processo de comercialização. Das 23 que não comercializam, 9 não têm interesse em comercializar, 14 têm e uma não declarou nada no CM-AU. Essas UPs que não tem interesse na comercialização dos produtos, responderam no Cadastro as seguintes motivações para a realização de atividades produtivas de agricultura urbana: autoconsumo, doação, ensino, pesquisa, terapia, lazer, fins medicinais, entre outros que aparecem com menos frequência, como por exemplo promoção da agroecologia, revitalização do espaço, socialização e valorização do território, melhoria na qualidade de vida.

Alguns programas da SUSAN relacionados à comercialização da AU são: Direto da Roça (porém focado nas UPs de agricultura familiar), as Feiras Orgânicas e as Feiras de Agricultura Urbana. De maneira resumida, o programa Direto da Roça faz a comercialização direta dos produtores da agricultura familiar da RMBH para os consumidores, evitando atravessadores e garantindo preços justos para ambos; as feiras orgânicas, que visam a comercialização varejista de produtos orgânicos, com um preço abaixo do preço médio do mercado; as feiras de agricultura urbana disponibilizam, por meio de chamamento público, pontos de comercialização específico para produtores da AU previamente cadastrados na PBH; e os sacolões e sacolinhas ABasteCer são programas de comercialização que objetivam permitir a venda de produtos da AU em locais previamente determinados e que regulam o mercado de abastecimento em termos de qualidade, preço e disponibilidade.

Capítulo 4 - Considerações Finais

No desenvolvimento do trabalho, foi possível explorar, com a utilização dos conceitos fundamentais de AU e agroecologia, dados muito importantes relativos às características das hortas coletivas/comunitárias de BH. Por meio dos dados obtidos, é possível concluir que o pioneirismo da cidade em relação à agricultura urbana tem seus frutos em políticas públicas, parcerias com organizações não governamentais e com a participação da sociedade civil. Na contemporaneidade, BH continua sendo uma referência nessas políticas, e a PBH tem um papel fundamental para apoiar esses agricultores.

O estudo realizado com as UPs coletivas/comunitárias atendidas pela DFAB mostra que o perfil de cada UP dentro do território belo-horizontino é único. As suas características físicas, de produção e comercialização podem se organizar de maneiras muito distintas, que comprovam o caráter dinâmico da AU. Graças ao esforço cotidiano da equipe da GEFAU, e da promoção da agricultura urbana e da agroecologia por instâncias da PBH, como a DFAB e a SUSAN, é possível concluir que a importância da agricultura dentro do município parte da necessidade de iniciativas que promovam a segurança alimentar e nutricional da população. As análises feitas permitem afirmar que as UPs oferecem isso, seja através de doações, comercialização, trocas, entre outros.

O desenvolvimento das políticas públicas de SAN, AU e agroecologia nas esferas federais, estaduais e municipais junto à ampliação das parcerias com ONGs, com as universidades e instituições de pesquisa, e com a participação da sociedade civil, promovem as UPs de AU dentro da cidade e facilitam sua consolidação dentro de cada território. Dessa maneira, os conceitos de AU e agroecologia se tornam cada vez mais próximos da população.

Juntamente a isso, as políticas abordadas no capítulo 2 são de suma importância para a AU na medida em que proporcionam a valorização da produção agroecológica e, através de processos educativos de capacitação e orientação técnica - além dos insumos e apoio na comercialização - faz com que a agricultura dentro da cidade tenha esse caráter mutável e dinâmico, e utilize cada vez mais práticas que valorizem tanto os agricultores quanto os consumidores. Através da produção orgânica de base agroecológica dentro da cidade, é possível levar para as pessoas produtos que sejam de melhor qualidade e que sejam importantes dentro de um contexto urbano.

Em relação à atuação da PBH, também ressalto que há alguns limites, como por exemplo o desafio de se desenvolver maneiras alternativas de uso da água para irrigação para que as UPs não dependam da água da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), como o é o caso da grande maioria das UPs. Esse desafio de irrigação alternativa também é somado à quantidade de contaminantes nos rios de BH, o que inviabiliza várias alternativas de custo menor.

Nas fases de credenciamento e implantação as UPs têm as capacitações técnicas e o fornecimento de insumos (sementes, adubo orgânico) pela SUSAN feitos sob o ponto de vista analisado pelo técnico (cada UP conta com o acompanhamento de um técnico da GEFAU que é a pessoa de referência para a UP), de maneira mais intensa. Em períodos seguintes, esse atendimento passa a acontecer via demanda dos agricultores.

Outra questão importante é que os programas de apoio da prefeitura também têm como objetivo que as UPS se tornem independentes ao longo do tempo. Mesmo com a pandemia do COVID 19 (em 2020 e 2021) a maioria das UPs analisadas nesta monografia continua em funcionamento mesmo com os atendimentos reduzidos. Portanto, esse objetivo possivelmente está sendo cumprido.

Em conclusão, a caracterização e mapeamento das UPs, fruto de uma parceria que gerou a sistematização e organização de dados obtidos no cadastro municipal de agricultura urbana facilita a implementação e manutenção de bancos de dados sobre AU, algo que facilita a interação e o intercâmbio entre as diferentes experiências, e o também o desenvolvimento de futuras pesquisas e projetos de extensão que abordem essa temática e que tenham interesse em desenvolver ainda mais a temática no meio acadêmico e também debater em espaços políticos.

Referências Bibliográficas

Acseirad, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7–12.

Almeida, D. A. O. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Altieri, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 5 ed. 2004.

Araújo, J. M. **Desenvolvimento sustentável e apropriação do espaço a partir da agricultura urbana em Belo Horizonte, MG**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BELO HORIZONTE, **Decreto nº 9540**, de 17 de Março de 1998. Disponível em:

<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/240197/decreto-9540-98>.

Acesso em: 01 de Mar 2021.

BELO HORIZONTE, **Decreto nº 11.341**, de 30 de Maio de 2003. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2003/1135/11341/decreto-n-11341-2003-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-de-belo-horizonte-comusan-bh-e-da-outras-providencias-2015-08-28-versao-consolidada>. Acesso em: 01 de Mar 2021.

BELO HORIZONTE, **Decreto nº 17.530**, de 22 de Janeiro de 2021. Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1239247>. Acesso em: 22 de Fev 2021.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.255**, de 13 de setembro de 2011. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos_imagens_sitios/BH_MG_%20Lei_%2010255_13set2011.pdf. Acesso em: 18 de Fev 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7794**, de 20 de Agosto de 2021. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 20 de Fev 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64**, de 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm. Acesso em: 25 de Jan 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 25 de Jan 2021.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015.quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 20 de Jan 2021.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015.quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 20 de Jan 2021.

Bullard, R. D. A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental. In: IBASE. **Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente; o debate Internacional**. Rio de Janeiro: Arte Maior, 2000. p. 32-41. Série Sindicalismo e Justiça Ambiental, vol 3.

Coutinho, M. N. **Agricultura Urbana: análise e reflexão sobre os marcos legais e normativos no município de Belo Horizonte**. 2007. Monografia (Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Coutinho, M. N. **Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Coutinho, M. N., Costa, H. S. de M. Agricultura Urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322>. Acesso em: 26 de Ago 2020.

Gliessman, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2000.

Machado, M. **Políticas de segurança alimentar - Belo Horizonte e Santos/SP: uma visão sobre continuidade e mudança**. 2006. Dissertação (Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

Lovo, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. Tese - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Marques, G. de A. **O desenvolvimento sócio-espacial da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na cidade de Fortaleza: entre a prática popular e o planejamento urbano**. 2020. Dissertação (Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Ceará.

Melgaço, L., Almeida, D. A. O., Tupy, I. S. Notas sobre a produção agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte: para além da irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade. **Cadernos de Agroecologia**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20039>. Acesso em: 26 de Ago 2020.

MINAS GERAIS, Lei Ordinária nº 15.973, de 2006, **Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-15973-2006-minas-gerais-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-apoio-a-agricultura-urbana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 02 de Mar 2021.

MINAS GERAIS, Lei Ordinária nº 15.982, de 2006, **Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-15982-2006-minas-gerais-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sustentavel-e-d-a-outras-providencias>. Acesso em: 25 de Jan 2021.

MINAS GERAIS, Lei Ordinária nº 21.146, de 2014, **Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=21146&ano=2014&tipo=LEI>. Acesso em: 02 de Mar 2021.

Prefeitura de Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>. Acesso em: 15 de Mar 2021.

Santandreu, A., Lovo, I. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte, 2007.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>. Acesso em: 05 de Abril 2021.

Wezel. A. *et al*, Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**. Local: Springer Verlag/EDP Sciences/INRA, 2009. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00886499>. Acesso em: 23 de Fev 2021.

Anexo I

Unidades Produtivas Coletivas / Comunitárias	
REGIONAL	NOME DO SISTEMA
BARREIRO	Residencial Jardim Castanheiras
	Horta Comunitária Jardim Produtivo
	Horta Comunitária Vila Pinho
	Horta Comunitária Jardim Liberdade
	Horta Comunitária Tirol Ativo
	Horta Comunitária do Bairro Milionários e Adjacências (EE Celso Machado)
	Horta comunitária Verde Sol (Centro Cultural Bairro das Indústrias)
	Nossa Horta: Plantar é saudável (Parque Ecológico Vida e Esperança do Tirol)
CENTRO-SUL	Horta Esperança (Barragem Santa Lúcia)
	Horta Associação Moradores Vila Santana Cafezal
	Agrofloresta Vila Acaba Mundo (Coletivo Cabeça Nascente)
	Agrofloresta Flor da Montanha (Roots Ativa)

LESTE	Horta Comunitária Pompéia (Pastoral da Família e Usuários - Paróquia)
	Abrigo Municipal Pompéia
	Escadão Agroecológico
	Horta Comunitária Bela Vista (Taquaril)
	CEVAE Taquaril
NORDESTE	CEVAE Capitão Eduardo
	Horta Comunitária Ebenézer
	Horta Comunitária Tudo Saudável
	Horta Comunitária Ribeiro de Abreu (COMUPRA)
	Agrofloresta do Ribeiro de Abreu
	Horta Comunitária Coqueiro Verde - Conjunto Paulo VI
	Horta Comunitária Frutos da Terra
	Quintal do Sô Antônio - Hortelões da Lagoinha
NOROESTE	CEVAE Coqueiros
	CRPI - Centro de Referência da Pessoa Idosa

NORTE	Horta Comunitária Esperança - Ocupação Izidora
	Horta Familiar do Vitória - Ocupação Izidora
	Horta no Centro de Saúde Jaqueline 2
	Horta Centro de Saúde Novo Aarão Reis
	Horta Comunitária Seu Geraldo
OESTE	CEVAE Morro das Pedras
	Morro Verde (Associação História em Construção)
	Unidade de Compostagem Comunitária - Parque Jacque Cousteau
	CEMAR
PAMPULHA	Agrofloresta do Brejinho (Coletivo Taboa)
VENDA NOVA	CEVAE Serra Verde
	Centro Comunitário Serra Verde
	Horta Compartilhada (Centro Cultural Venda Nova)

Fonte: Elaboração do autor a partir do Cadastro Municipal de Agricultura Urbana (Julho de 2019 a Novembro de 2020), 2021.¹²

¹² Para informações atualizadas sobre as UPs Coletivas/Comunitárias acesse: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias#:~:text=S%C3%A3o%20consideradas%20Coletivas%2FComunit%C3%A1rias%20as,em%20%C3%A1reas%20p%C3%BAblicas%20ou%20privadas.>